

Judiciário

Dino toma posse no STF e vai herdar um acervo de 340 processos

Novo ministro será relator de ação da CPI da Covid contra Bolsonaro e de questionamento do PL sobre aborto

O novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, tomou posse ontem em cerimônia com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ato de posse foi breve e protocolar. Cerca de 800 pessoas estiveram no evento, entre parentes do ministro e autoridades dos três Poderes, do Ministério Público Federal e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Ao assumir a cadeira deixada pela ministra aposentada Rosa Weber, também herdará o acervo de 340 processos que estavam sob a relatoria dela. Compõem esse montante 235 processos que iniciaram sua tramitação diretamente no STF, e outros 105 recursos – ou seja, aqueles que vieram de outros

tribunais ou juízos. A “herança” representa apenas 1,3% do acervo geral da Corte, que conta com 25.242 processos em tramitação. O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, lidera o ranking, com 5.721 processos sob sua relatoria. Depois vem André Mendonça, com 3.162.

Quando sabatinado, em dezembro, Dino tinha a previsão de receber 344 processos. A diferença no número de matérias pode ser explicada porque o regimento interno do STF prevê que questões urgentes ou cautelares podem ser distribuídas para outros ministros, que demandaram julgamento em plantão, por exemplo.

COVID. Entre os processos que Dino receberá estão o sobre a legalidade do indulto de Natal concedido por Jair Bolsonaro (PL) em 2023, uma ação da CPI da Covid contra o ex-presidente que apura se ele e outros agentes públicos incitaram a população a adotar comportamentos supostamente inade-



Barroso, presidente do STF, Lula, Dino e Lira na posse do ex-titular da Justiça como ministro da Corte

quados para o combate à pandemia e aquele em que o PL pede que a punição para abortos provocados por terceiros seja equiparada à do crime de homicídio qualificado.

‘Colegas’

Dino vai relatar processos contra senadores como Chico Rodrigues, do PSB, e Telmário Mota, do PROS

Dino também será relator de casos de grande repercussão envolvendo figuras políticas com quem conviveu, como o inquérito contra o ministro das Comunicações, Jucelino Filho, investigado pela Polícia Federal em operação baseada

em reportagens do *Estadão*, em que é suspeito de desvios de verbas públicas da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Além desse caso, o novo ministro será relator de processos contra outros aliados, como os senadores Chico Rodrigues (PSB-RR) – seu colega de partido – e Telmário Mota (PROS-RR). O inquérito em questão apura possível envolvimento dos dois em esquema de fraudes e desvio de verbas federais destinadas ao combate da pandemia em Roraima.

Já no caso da ADPF 442, ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental que trata da descriminalização da interrupção voluntária

da gravidez até 12 semanas, e que também estava sob relatoria de Rosa Weber, Dino não votará. Isso porque a ex-ministra já colocou sua posição na sessão virtual de julgamento, suspenso por pedido de destaque de Barroso.

Esse processo foi proposto pelo PSOL em 2017. O pedido principal da ação é que o STF declare que dois artigos do Código Penal – 124 e 126, que tratam dos casos em que a mulher decide interromper a própria gestação – não são compatíveis com a Constituição e, por isso, sejam retirados da lei. Está de fora da ação o artigo 125, que trata do aborto provocado por terceiro, sem o consentimento da mulher. ● KARINA FERREIRA, PEPITA ORTEGA E RAYSSA MOTA

Um novo capítulo da aliança entre Planalto e Supremo

ANÁLISE

VERA ROSA
BRASILIA

A posse de Flávio Dino como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, mostrou um novo capítulo da aliança entre o Palácio do Planalto e a Corte no momento em que avançam as investigações sobre os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva compareceu à cerimônia, a mais concorrida dos últimos tempos, que lotou o plenário e outros salões do Supremo com ministros, governadores, deputados, senadores e o mundo jurídico.

Ex-ministro da Justiça, Dino chega ao Supremo no momento em que a Corte e a Polícia Federal fecham o cerco so-

bre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e militares de sua confiança. A cerimônia de posse ocorreu justamente no dia dos depoimentos de Bolsonaro e de outros aliados – como o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o ex-titular da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres – sobre a participação deles na trama golpista.

Na imensa fila para cumprir o dever de jurar, em um dos salões do Supremo, as conversas giravam sobre assuntos que iam do ato convocado por Bolsonaro para domingo, na Avenida Paulista – com uma certa preocupação sobre o tom dos discursos – a curiosidades envolvendo a atuação do novo magistrado.

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, também prestigiou a cerimônia de posse, praticamente ignorada pela oposição ao governo. Alvo de investigações

sobre desvio de dinheiro de emendas parlamentares para obras em Vitorino Freire (MA), o ministro das Comunicações, Jucelino Filho, estava na solenidade. O inquérito de Jucelino ficará agora sob a relatoria de Dino.

Assuntos

Ato convocado por Bolsonaro e atuação do novo magistrado do STF foram temas de conversas

‘DEBATE’. “Nós temos de trabalhar o máximo possível pela pacificação e pela união de pessoas que pensam diferente, com o intuito de agregá-las sob a Constituição”, disse o presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso. “As divergências são resolvidas com debate, e não com ofensas. O País vive um momento de recuperação da

tranquilidade, da civilidade e da institucionalidade.”

Dino foi a voz da Esplanada que mais teve embates com apoiadores de Bolsonaro durante todo o tempo em que comandou o Ministério da Justiça. Enfrentou bolsonaristas radicais tanto em audiências públicas no Congresso como nas redes sociais.

‘CANETA’. “Agora ele vai falar pela caneta”, resumiu um auxiliar do presidente Lula, sob reserva. “Cada penada vai ser uma explosão.”

Ao deixar a cerimônia, ontem, Dino seguiu para uma missa na Catedral de Brasília. Na hora das oferendas, o ministro viu que estava sem dinheiro e foi “socorrido” pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, que lhe emprestou uma nota. Dino e Alckmin são católicos fervorosos.

Cercado por jornalistas, Dino disse que, ao vestir a toga,

trabalhará pelo respeito à Constituição. “O Supremo tem esse grande papel de controle sobre os outros Poderes, e isso faz com que às vezes haja, aqui e acolá, uma discordância, divergência, até um atrito. Mas quem conhece a história do Direito Constitucional no mundo sabe que sempre é assim”, destacou ele. “No que se refere ao plano institucional, *(espero que)* nós consigamos elevar mais a harmonia dos Poderes na medida do que for possível.”

O novo ministro ocupará a vaga deixada por Rosa Weber e terá assento na Primeira Turma da Corte. Herdará 340 ações que estavam com Weber, entre as quais um pedido de investigação da CPI da Covid contra Bolsonaro por incentivar aglomerações durante a pandemia. ●

REPÓRTER ESPECIAL E COLUNISTA DO
‘ESTADÃO’

PHOTO AND DESTABILIZED BY INFLUENCE
FOTO: ANDREI RODRIGUES/STF
FOTO: ANDREI RODRIGUES/STF
FOTO: ANDREI RODRIGUES/STF

pressreader